de Conceito do que na descrição do Módulo, induzindo a um julgamento subjetivo; PRAZO EXÍGUO (2 dias conforme item 12.5.2) PARA INÍCIO DA PROVA DE CONCEITO (v., por ex., TC-014019.989.19-3); e, outras incongruências (Prazo para pagamento, Prazo de Implantação, Da glosa de pagamentos).

Por sua vez, o outro representante sustentou, em síntese, citando jurisprudência, que o edital em apreço viola a legislação vigente aplicável, com prejuízos a formulação de propostas e a ampla competitividade, a seguir apontadas: PROIBIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO – ITEM 2.2.3 DO EDITAL; DA AGLUTINAÇÃO INDEVIDA DE SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMAS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS DE ALTA PERFORMANCE – DATA CENTER – ITEM 7.1 - TERMO DE REFERÊNCIA; DA AGLUTINAÇÃO INDEVIDA DE SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMAS WEB, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVOS MOBILE NA PLAY STORE E APPLE STORE – ITEM 4.16 - TERMO DE REFERÊNCIA; DEFEITOS DA PROVA DE CONCEITO - ITEM 12.5.1 DO EDITAL E 5.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA; e, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - ITEM 10.1 DO EDITAL (Excesso de requisitos).

Ambos os casos foram recebidos por mim como Exame Prévio de Edital, mas encontrando-se em curso os referidos processos, sobrevieram petições da mencionada Representada informando que o mencionado Pregão Presencial nº 175/2021 foi revogado, conforme juntada do correspondente ato revocatório e de sua publicação no Diário Oficial de 19/11/2021, que, portanto, resta comprovado (vide, eventos 10 a 26 do processo principal).

Assim sendo, diante da comprovada perda do objeto das representações, JULGO EXTINTOS os processos acima indicados e numerados, com fundamento no artigo 223, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, determinando seus arquivamentos.

Finalmente, recomendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES que antes de realizar eventual novo certame, reexamine todas as cláusulas do edital, a fim de eliminar eventuais imperfeições que atentem contra a Lei de regência, bem como estejam em desarmonia com a jurisprudência e repertório de Súmulas deste Tribunal.

Publique-se.
Proc.: 00007144.989.20-9
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBINEIA (CNPJ 45.135.043/0001-12)
INTERESSADO(A): OSVALDO LUGATO FILHO (CPF 109.399.758-31)

Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021
Exercício: 2021
INSTRUÇÃO POR: UR-11
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00001768.989.21-2, 00007074.989.21-1
Vistos.

Constam nos autos as ocorrências verificadas no Município a respeito do Acompanhamento das Contas Anuais - 2º quadrimestre de 2021 que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas em referência.

ALERTO, portanto, o responsável pelas contas, Osvaldo Lugato Filho, para conhecer o relatório da Fiscalização, conforme o contido no evento 44, tornando-se ciente dos fatos e, se for de seu interesse, adotar as providências necessárias, reparando a situação relatada, evitando as medidas de estilo previstas na Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00006958.989.20-4
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA (CNPJ 45.318.995/0001-71)
Advogado: WASHINGTON FERNANDO KARAM (OAB/SP 98.580)

Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021
Exercício: 2021
INSTRUÇÃO POR: UR-17
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00000997.989.21-5, 00007317.989.21-8
Vistos.

Constam nos autos as ocorrências verificadas no Município a respeito do Acompanhamento das Contas Anuais - 2º quadrimestre de 2021 que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas em referência.

ALERTO, portanto, o responsável pelas contas, Hugo Cesar Lourenço, para conhecer o relatório da Fiscalização, conforme o contido no evento 43, tornando-se ciente dos fatos e, se for de seu interesse, adotar as providências necessárias, reparando a situação relatada, evitando as medidas de estilo previstas na Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00006807.989.20-7.
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DO OESTE (CNPJ 45.115.391/0001-28). Advogado: ELIEZER PEREIRA MARTINS (OAB/SP 168.735). INTERESSADO(A): NILSON TIMPORIM CAFFER (CPF 221.369.082-00). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-11. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 001855.989.21-6, 00007023.989.21-3.
Vistos.

Constam nos autos as ocorrências verificadas no Município a respeito do Acompanhamento das Contas Anuais - 2º quadrimestre que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas em referência.

ALERTO, portanto, o responsável pelas contas do exercício de 2021 em epígrafe, para conhecer o relatório da Fiscalização realizada, conforme o contido no evento 45, tornando-se ciente dos fatos e, se for de seu interesse, adotar as providências necessárias, reparando a situação relatada, evitando as medidas de estilo previstas na Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: TC-016730/026/15.
Órgão Público Conveniente: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. Órgão Público Conveniente: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida. Assunto: Repasses a Órgãos Públicos - Prestação de Contas - Convênio nº 85/2012. Exercício: 2013.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 28/04/2015, e, não havendo recurso em tramitação, nem Expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Art. 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.

Proc.: TC-000085/012/18.
Órgão Público: Prefeitura Municipal de Juquiá. Entidade Conveniada: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR. Assunto: Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Prestação de Contas - Convênio. Exercício: 2015.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 16/07/2018, porém, vinculado ao Convênio nº01/2011, cuja vigência se deu em 10/02/2017, e, não havendo recurso em tramitação, nem Expediente pendente de juntada, acolho a proposta das fls.60 e determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Art. 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-000084/012/18.
Órgão Público: Prefeitura Municipal de Juquiá. Entidade Conveniada: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR. Assunto: Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Prestação de Contas - Convênio. Exercício: 2014.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 16/07/2018, porém, vinculado ao Convênio nº01/2011, cuja vigência se deu em 10/02/2017, e, não havendo recurso em tramitação, nem Expediente pendente de juntada, acolho a proposta das fls.69 e determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Art. 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-000083/012/18.
Órgão Público: Prefeitura Municipal de Juquiá. Entidade Conveniada: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR. Assunto: Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Prestação de Contas - Convênio. Exercício: 2013.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 16/07/2018, porém, vinculado ao Convênio nº01/2011, cuja vigência se deu em 10/02/2017, e, não havendo recurso em tramitação, nem Expediente pendente de juntada, acolho a proposta das fls.57 e determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Art. 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-000082/012/18.
Órgão Público: Prefeitura Municipal de Juquiá. Entidade Conveniada: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR. Assunto: Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Prestação de Contas - Convênio. Exercício: 2012.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 16/07/2018, porém, vinculado ao Convênio nº01/2011, cuja vigência se deu em 10/02/2017, e, não havendo recurso em tramitação, nem Expediente pendente de juntada, acolho a proposta das fls.61 e determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Art. 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-7806/026/10.
Contratante: UNIDADE DE FORMAÇÃO CULTURAL - SECRETARIA DA CULTURA. Contratada: SIMETRIA ENGENHARIA LTDA. Objeto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO FÁBRICAS DE CULTURA DE VILA CURUÇÁ. Advogados: Floriano de Azevedo Marques Neto (OAB/SP nº 112.208), e outros.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 12 de fevereiro de 2010, não havendo recurso em tramitação, nem expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-30612/026/08.
Contratante: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO. Contratada: CAF - CONSTRUCCIONES Y AUXILIAR DE FERROCARRILES S.A. Objeto: FORNECIMENTO DE 17 TRENS PARA LINHAS 1 E 3 DO METRO. Advogados: EDUARDO LEANDRO QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) e outros.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 15 de agosto de 2008, não havendo recurso em tramitação, nem expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-21974/026/10.
Contratante: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO. Contratada: CONSORCIO BBL - FOCCO TEKHINITES. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENG. P/ ACOMPANHAMENTO E INSPEÇÃO DE FABRICAÇÃO ENVOLVENDO FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS A SEREM IMPLEMENTADOS NA MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL RODANTE DA LINHA 1 AZUL, 26 TRENS - LOTE 1 CONC. 6406921301. Advogados: Marcelo Hiroyuki Sato (OAB/SP nº 211.348).
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 15 de junho de 2010, não havendo recurso em tramitação, nem expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-19123/026/15.
Contratante: TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS – ECT. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MALOTES - CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA - SERCA P/O PARA O INTERIOR DO ESTADO COM DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 24, INCISO VIII DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EM SUA ATUAL REDAÇÃO. Ordenador de Despesa: José Renato Nalin.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 15 de maio de 2015, não havendo recurso em tramitação, nem expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-33266/026/05.
Contratante: SECRETARIA DA CULTURA. Entidade Gerenciada: ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE. Objeto: FOMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS NA ÁREA DE TEATRO E CASAS DE ESPETÁCULO. Ordenador de Despesa: Cláudia Maria Costim.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 09 de novembro de 2005, não havendo recurso em tramitação, nem expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do Artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-00588-003-14.
SEI nº 000015245/2021-74.
Contratante: Prefeitura Municipal de Campinas. Contratada: Capital Humano Obras e Serviços Ltda.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 17-03-14, e, não havendo recurso em tramitação, nem existindo Expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-010852/026/12.
SEI nº 000016678/2021-47.
Contratante: Prefeitura de Cubatão. Contratada: Douat Textil Ltda.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 15-03-12, e, não havendo recurso em tramitação, nem existindo Expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.

Proc.: TC-00525-007-10.
SEI nº 0000016685/2021-49.
Contratante: Prefeitura Municipal de Jacareí. Contratada: GEIA – Creche Vicente Decária.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 27-05-2010, e, não havendo recurso em tramitação, nem existindo Expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

Publique-se.
Proc.: TC-040055-026-12.
SEI nº 000016675/2021-11.
Contratante: Prefeitura de Cubatão. Contratada: Abpa Marketing e Produção de Eventos Ltda.
Vistos.

Tratando-se de processo autuado em 13-11-12, e, não havendo recurso em tramitação, nem existindo Expediente pendente de juntada, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 03/2020.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES
Processo: TC-022774.989.21-4
Representante: PÂMELA REGINA DE OLIVEIRA, advogada (OAB/SP 444.224)

Representada: Câmara Municipal de Osvaldo Cruz
Responsável: Antonio Aparecido Bortoluci (Presidente)
Advogados: Marcelo Aparecido Decurcio (OAB/SP 94.209)/ Homero Morales Massarente (OAB/SP 144.158)
Objeto: Representação contra o edital do Convite nº 002/2021, Processo n.º 004/2021, lançado para “contratação de empresa especializada para aquisição da cessão de licença de uso de softwares por tempo determinado, treinamento e atualização mensal que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, atendimento e suporte técnico.”
Observação: data da sessão de abertura: 23 de novembro de 2021.
Vistos.

Cuida-se de Representação formulada por PÂMELA REGINA DE OLIVEIRA contra o edital do Convite nº 002/2021, Processo nº 004/2021, lançado pela Câmara Municipal de Osvaldo Cruz com vistas à “contratação de empresa especializada para aquisição da cessão de licença de uso de softwares por tempo determinado, treinamento e atualização mensal que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, atendimento e suporte técnico.” Sessão de abertura designada para 23 de novembro de 2021.
Certame instaurado nos termos da Lei nº 8666/93, consoante preâmbulo do instrumento convocatório em perspectiva.
A representante afirma violação à Súmula nº 51 da Corte em razão de ausência de previsão quanto aos efeitos da penalidade de suspensão no subitem 04.1 do edital.

Em seguida, aponta ilegalidade na requisição de prova de regularidade fiscal das licitantes referente ao ICM/ICMS, por entender que a comprovação perante a Fazenda do Estado de São Paulo “deve circunscrever-se unicamente aos débitos inscritos em dívida ativa”.

Também impugna os critérios estabelecidos para a qualificação econômico-financeira das proponentes, ante as certidões demandadas de forma alternativa e aparente desatendimento a Súmula nº 50 do Tribunal.

Censura a impossibilidade de formulação de pedidos de esclarecimentos ou de impugnações e recursos, relacionados ao edital, por meio eletrônico, face à exigência de protocolo na sede do órgão licitante.

Insurge-se contra a requisição de reconhecimento de firma do subscritor do documento de credenciamento de representante de licitante (subitem 16.1, “b”, do edital).

Aponta omissão da possibilidade de ulterior comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em contrariedade ao disposto no §1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Indica divergência nos prazos fixados para implantação dos sistemas de informática licitados.

Quanto à demonstração de funcionalidade e adequação da ferramenta (software) aos requisitos delineados no Termo de Referência, aduz exiguidade dos prazos máximos de “10 dias úteis” para o agendamento da prova e de “3 dias a critério da Comissão de Licitação” para apresentação dos programas de informática ofertados, além de mencionar ilegalidade na aferição de atendimento à totalidade do objeto para classificação da proposta.

Menciona desrespeito ao princípio da supremacia do interesse público em razão da existência de cláusulas que beneficiam a futura contratada ao prever multa de 2% acrescida de juros mensais de 5% incidentes sobre pagamentos realizados com atraso, reembolso de despesas que seriam inerentes à execução da futura avença, e sanção correspondente ao valor de 06 (seis) meses “de encargos” em favor da contratada na hipótese de rescisão contratual (subitens 2.2.2 a 2.5 e 2.8 do Anexo I da Minuta do Contrato).

Requer seja determinada ampla revisão do edital, com as correspondentes retificações.

É a síntese.
Exame preliminar da peça inicial e do ato convocatório impugnado autoriza presunção de ofensa à Lei nº 8.666/93 e aos princípios da Administração, recomendando seja dado curso à devida averiguação.

Registre-se o conjunto de mazelas apontadas nos autos, desde a imposição de presença na sede da Câmara para protocolo físico de simples pedidos de informações, esclarecimentos e formulação de impugnações e recursos, perpassando por excessivos critérios para a aferição e classificação de propostas técnicas, até a previsão de vultosas sanções, acréscimos de encargos e, em especial, de reembolso de despesas aleatórias da contratada (transporte terrestre e aéreo, taxa de administração, dentre outras) capazes de suplantarem o limite legal da modalidade licitatória (Convite) em que se processa a contenda.

De se notar, aliás, a semelhança do procedimento impugnado com anterior contratação por dispensa de licitação de empresa com sede em Blumenau/SC (GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS) para mesmo objeto, consoante informação contida no portal eletrônico do órgão promotor do certame.

Nestas particulares condições e diante da proximidade da data designada (23 de novembro de 2021) para o processamento do certame, determino ao Presidente da Câmara Municipal de Osvaldo Cruz, nos termos do artigo 220 e seguintes do Regimento Interno, a suspensão do Convite nº 002/2021, até ulterior deliberação deste Tribunal.

Caberá à autoridade responsável abster-se de promover correções no instrumento convocatório até julgamento definitivo desta Corte, ressalvada a hipótese de anulação ou revogação do certame, que, se efetivada, deverá ser imediatamente comunicada ao processo, com o encarte de prova da respectiva publicação.

Notifique-se o órgão promotor do certame para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, providencie a juntada aos autos do inteiro teor do edital (ou certificação de que a versão apresentada pelo representante corresponde fielmente àquela divulgada à praça), acompanhado de informações sobre eventuais publicações, esclarecimentos, impugnações ou recursos administrativos, bem como de justificativas de interesse.

Nos termos do parágrafo único do artigo 221 do Regimento Interno, submetam-se as medidas ora adotadas, na primeira oportunidade, a referendo do egrégio Plenário.

Publique-se.

Processo: TC-022764.989.21-6
Representante: Belaris Alimentos Ltda.
Representada: Prefeitura de Bauru
Responsável: Suellen Silva Rosim - Prefeita
Objeto: impugnação em face do Pregão Eletrônico nº 413/2021, tendo por objeto a aquisição parcelada da quantidade estimada de 27.140 kg de filé de tilápia congelado IQF e 27.460 kg de cubos de filé mignon suíno, sem osso, congelado IQF, com entrega ponto a ponto, pelo sistema de registro de preços.
Regime de Licitação: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Data de abertura: 23 de novembro de 2021
Data da impugnação: 18 de novembro de 2021

Advogados(as): FELIPE GOFFI DE OLIVEIRA (OAB/SP 385.712), ANTONIO CARLOS BATISTA MARTINEZ (OAB/SP 79.927) / LETICIA RODRIGUES DE CARVALHO MARIANO (OAB/SP 102.720) / ELISETE CRISTINA SARTORI (OAB/SP 107.156) / MARIA GABRIELA FERREIRA DE MELLO (OAB/SP 107.801) / GABRIELLA LUCARELLI ROCHA (OAB/SP 123.451) / RICARDO CHAMMA (OAB/SP 127.852) / DENISE BAPTISTA DE OLIVEIRA (OAB/SP 129.697) / CLAUDIA FERNANDA DE AGUIAR PEREIRA (OAB/SP 133.034) / CARLA CABOGROSSO FIALHO (OAB/SP 135.032) / MARISA BOTTER ADORNO GEBARA (OAB/SP 143.915) / FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES (OAB/SP 161.287) / MAURICIO PONTES PORTO (OAB/SP 167.128) / NILO KAZAN DE OLIVEIRA (OAB/SP 262.435) / GREICI MARIA ZIMMER (OAB/SP 289.749) / TAMIRIS ASSIS CELESTINO (OAB/SP 357.477) / GUSTAVO CAMPOS ABREU (OAB/SP 419.157)

Belaris Alimentos Ltda. – EPP formula representação em face do edital de Pregão Eletrônico nº 413/2021, lançado pela Prefeitura de Bauru para “aquisição parcelada da quantidade estimada de 27.140 kg de filé de tilápia congelado IQF e 27.460 kg de cubos de filé mignon suíno, sem osso, congelado IQF, com entrega ponto a ponto, pelo sistema de registro de preços”, com abertura prevista para 23 de novembro de 2021.

Insurge-se a autora, sediada no Município licitante, contra ausência de previsão de aceitação de produtos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal de Bauru (SIMB), aceitando-se unicamente documentos expedidos pelo Serviço de Inspeção Estadual (SISP) ou pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Arrazoa que, com fundamento em legislação local, detém a documentação expedida pelo Município, já aceita em certames lá processados.

Por citadas razões solicitou esclarecimentos à Prefeitura Bauruense, obtendo a seguinte resposta:

“Vimos pelo presente esclarecer que, após manifestação técnica pelo setor requisitante do produto, ora licitado, foi informado que o Departamento de Alimentação Escolar como responsável pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, e coordenação técnica das ações de alimentação e nutrição, com base na Resolução FNDE nº 6/2020, esclarece que os produtos alimentícios a serem adquiridos para o aluno do PNAE devem atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do MS, e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Cabe adotar medidas de controle higiênico-sanitário que garantam condições físicas e processos adequados às boas práticas de manipulação e processamento de alimentos na aquisição, no transporte, na estocagem, no preparo/manuseio e na distribuição de alimentos aos alunos atendidos pelo Programa.

Diante disso, para garantir a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos a serem fornecidos na alimentação escolar, principalmente no caso de produtos de origem animal, optamos por alimentos que possuam serviço de inspeção e fiscalização constantes, desta forma, serão aceitos apenas produtos com registro no SISP, SIBSI e SIF.

Na certeza de termos prestado os esclarecimentos solicitados, cujo teor também deu-se o conhecimento aos demais interessados, e ainda, em razão do presente esclarecimento, a comissão de pregão, resolve, com base no § 4º do art. 21, da Lei Federal nº 8.666/93, manter a data inicialmente prevista para realização do certame, por entender que os esclarecimentos prestados não afetam, inquestionavelmente, a formulação de proposta por parte das empresas interessadas.

O presente esclarecimento passa a integrar o Pregão Eletrônico em epígrafe, devendo seus termos serem obrigatoriamente considerados pelas proponentes que vierem a participar do certame.”

Requer a suspensão do certame, determinando-se ao ente público o acréscimo de aceitação alternativa de documento afeto ao Serviço de Inspeção Municipal de Bauru.

Este o relatório.

Exame preliminar das questões aduzidas pela autora autoriza presunção de que a previsão impugnada promove afronta à legislação e jurisprudência deste Tribunal, recomendando seja dado curso à devida averiguação.

Destaque-se, neste sentido, a seguinte decisão Plenária: EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF. PRAZO EXÍGUO PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO BROMATOLÓGICO. INDEFINIÇÃO NO PRAZO PARA PAGAMENTO. PROCEDÊNCIA. Na aquisição de carnes, o edital não pode limitar a demonstração de qualidade do produto ao registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF, devendo permitir também aqueles inscritos no SISP (estadual) ou SIM (municipal), tendo em vista haver uma divisão de competências entre o Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais, conforme o âmbito de atuação do estabelecimento. (TCs-002490.989.20-9, 002523.989.20-0, Pleno, Relator Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, sessão de 04 de março de 2020).

Há registrar que consulta, ainda que perfunctória, ao regimento indicado na resposta da Prefeitura – Resolução FNDE nº 06/2020 – não evidencia claramente a aceitação exclusiva de produtos sob inspeção de órgão sanitário estadual ou federal. Nota-se, ademais, que o objeto não se circunscreve à aquisição de alimentos para a Secretaria Municipal de Educação, mas também para a pasta de Bem Estar Social e para o Departamento de Água e Esgoto.

Nestas particulares condições, considerando que 23 de novembro próximo é a data designada para realização da sessão pública, recebo a matéria para processamento sob o rito de Exame Prévio de Edital, na conformidade do artigo 220 e seguintes do Regimento Interno, e determino suspensão do Pregão Eletrônico nº 413/2021, promovido pela Prefeitura de Bauru.

Determino, ainda, que a autoridade responsável abstenha-se de recepcionar medidas corretivas no instrumento convocatório até deliberação definitiva desta Corte, ressalvada a hipótese de anulação ou revogação do certame, que, se efetivada, deverá ser imediatamente comunicada ao processo, com o encarte de prova da respectiva publicação.

Notifique-se a responsável para que encaminhe a este Tribunal, em 48 (quarenta e oito) horas, inteiro teor do edital (ou certificação de que a versão apresentada pela representante corresponde fielmente ao original), acompanhado de informações sobre eventuais publicações, esclarecimentos, impugnações ou recursos administrativos, bem como de razões de interesse.

A integra dos autos poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br, conforme Resolução nº 01/2011.

Nos termos do artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno, submetam-se as medidas ora adotadas, na primeira oportunidade, a referendo do Egrégio Plenário.

Publique-se.